

# Rivalidades entre Portugal e França e o papel dos espões portugueses nos portos franceses (1503-1566)

## *Portugal-France rivalries and the role of Portuguese spies in French ports (1503-1566)*

**MARCO OLIVEIRA BORGES**

Universidade de Lisboa, Centro de História

marcoliveiraborges@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1547-4554>

Texto recebido em / Text submitted on: 15/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 23/07/2021

**Resumo.** O comércio de especiarias entre Portugal e a Índia despertou o interesse de diferentes reinos europeus, levando a expedições ultramarinas rivais, ao mesmo tempo que fez com que os navios portugueses vindos da Ásia fossem um alvo bastante apetecível para corsários e piratas, sendo que, na primeira metade do século XVI, destacaram-se as investidas francesas. Para fazer face a essas situações, e ao mesmo tempo que eram mobilizadas armadas para protegerem a navegação portuguesa, foi-se desenvolvendo uma rede de espionagem a fim de captar informação que pudesse antecipar as intenções francesas, fosse no que diz respeito à elaboração de expedições ultramarinas como de ataques navais. Neste estudo penetraremos nos meandros dessa rede de espionagem, tentando compreender como é que funcionava e de que modo Portugal recebia informações para poder atuar em conformidade com as diferentes situações.

**Palavras-chave.** Expedições ultramarinas, corso, espionagem, Portugal, França.

**Abstract.** In the first half of the sixteenth century, the spice trade between Portugal and India spiked the interest of different European realms, leading to overseas expeditions, thus making Portuguese ships from Asia a very desirable target for privateers and pirates, the French having particularly stood out in this timeframe. To face these perils, and in tandem with the mobilisation of armed forces to protect the Portuguese navigation, an espionage network was put in place in order to gather intelligence that could anticipate French movements, be them in regards to expeditions' preparation, or naval attacks. In this study, we will delve deeper into the intricacies of this espionage network, so as to attempt to get a better understanding of how Portugal received intelligence that informed oftentimes contrasting policy objectives toward its carefully constructed spice trade route.

**Keywords.** Overseas expeditions, privateering, espionage, Portugal, France

## Introdução

Desde o início do século XVI que havia o interesse em França de se alcançar os mercados das especiarias asiáticas<sup>1</sup>, sendo que, em 1503, um navio

<sup>1</sup> Este estudo é uma versão revista e corrigida de uma parte de um capítulo de uma tese de doutoramento: BORGES 2020, II: 729-743.

capitaneado pelo normando Binot Paulmier de Gonneville partiu de Honfleur com o objetivo de alcançar a Índia (*Relation authentique [...] 1869: 87-91*)<sup>2</sup>. Contudo, incorporando dois portugueses e tendo sido realizada com o apoio de financiamento privado, essa viagem foi apossada por um temporal em pleno Atlântico, tendo sido desviada da sua rota inicial e atingido somente a costa do Brasil. Perante a morte do piloto francês, o mau estado do navio e a descrença em se conseguir alcançar a Índia, decidiu-se regressar a França. Neste sentido, a expedição resultou num fracasso comercial, pois apesar de se ter carregado uma grande quantidade de peles, plumas, pau-brasil e outras mercadorias, o navio foi atacado por corsários, perto das ilhas Jersey e Guernesey, e veio a despedaçar-se contra rochedos, não sem antes os assaltantes terem levado tudo o que puderam (Ib.: 107-108).

Apesar deste fracasso, a ideia de se alcançar a Índia não desvaneceu, quer da parte dos investidores privados como da Coroa francesa. Todavia, a guerra dos anos seguintes veio a consumir amplos recursos humanos e materiais à França, crendo-se que isso poderá ter cortado algumas iniciativas privadas (FERREIRA 1995: 163). Somente para 1526 e 1529 é que se consegue confirmar a partida de expedições francesas que alcançaram o Índico, ainda que seja muito provável que tenha ocorrido outra viagem em 1527 (GUERREIRO 1989: 248-261; BORGES 2020, I: 326-349). Porém, antes destas datas existiram outras intenções. Se em 1519 Diogo de Gouveia, agente informador e encarregado de recuperar navios e mercadorias em França, havia conseguido dissuadir dois mercadores de Lyon preparados para seguirem rumo à Índia (BORGES 2020, I: 513-514), Pedro Correia, a 3 de outubro de 1524, escreveu de Logronho dando conta de que em França se armavam 3 naus com destino à Índia, pelo que o monarca ordenou ao embaixador João da Silveira que, agindo dissimuladamente, recolhesse mais dados sobre o assunto, tendo a liberdade de dar “alguu proveyto secreto” a qualquer informador (ANTT, *Fragments. Cartas para El Rei*, mc. 1, n.º 32; apud FERREIRA 2001: 11).

De modo alternativo, os franceses tinham na pirataria e no corso<sup>3</sup> um meio de adquirir as mercadorias ultramarinas e de tentar estagnar os circuitos comerciais ibéricos, sendo que, pelo menos desde 1512, Jean Ango e outros já resolviam a impossibilidade prática de chegar aos novos mercados ultramarinos e de poderem ter algum lucro direto ao organizarem cercos às naus portuguesas

<sup>2</sup> Para uma análise recente sobre a viagem de Gonneville e Portugal, cf. MANEUVRIER 2016: 95-109.

<sup>3</sup> Se a pirataria era uma atividade praticada sem qualquer tipo de justificação legal, por alguém que atacava navios por conta própria e sem estar sujeito a qualquer entidade, o corso ocorria quando um navio com pessoas e bens era atacado/apresado por um particular sob posse de uma ordem jurídica concedida por um rei ou um senhor. Ou seja, uma carta de corso ou de marca que permitisse exercer esse ato de agressão sob estatuto legal (FERREIRA 1995: 21-28; PEDROSA 2000: 79-81; PELÚCIA 2010: 83-85).

(MOLLAT 1952: 500; FERREIRA 1995: 239).

Perante o contexto atrás referido, é natural que Portugal tivesse criado meios para tentar limitar as ações francesas, quer no que respeita a expedições ultramarinas como a ataques navais. A espionagem, por conseguinte, foi um elemento fundamental para colher informações que permitissem atuar em conformidade com as diferentes situações e necessidades. Mas de que modo Portugal estabeleceu uma rede de espionagem para seguir as movimentações francesas? Quem eram as pessoas envolvidas? Como atuavam? Que informações conseguiram enviar para Portugal? De que forma o seu trabalho poderá ter sido útil? Tentaremos responder a estas e a outras questões no decurso deste artigo, mas antes de entrarmos mais pormenorizadamente no campo específico das relações entre Portugal e França, olharemos alguns antecedentes ligados à expansão portuguesa e que permitem uma melhor compreensão da extensão das complexas redes de espionagem, inclusive em Lisboa, com a presença de espões estrangeiros.

## **1. Redes de espionagem: alguns apontamentos**

Sabe-se que as atividades de espionagem têm uma existência milenar, tendo sido consideradas por todos os tratadistas militares antigos e medievos como fundamentais para uma boa movimentação dos exércitos. Na Península Ibérica, conforme referem algumas cartas de foral, a obtenção de “informação inteligente” (MONTEIRO 2003: 220) já era uma das preocupações das milícias municipais nos séculos XI-XIII, chegando a ser pagas recompensas àqueles que trouxessem informações relevantes sobre as movimentações das forças muçulmanas. Contudo, foi no final do século XV, com a afirmação das unidades políticas modernas, ligada à centralização do poder, à difusão de informações e à multiplicação de contactos de vasto âmbito geográfico, que se deu uma estruturação da informação secreta de modo eficaz (COUTO 2009: 221). Mercadores, embaixadores, pintores, padres, soldados e outras pessoas exclusivamente dedicadas à espionagem iam recolhendo informações sobre o “outro”, muitas vezes inimigo, podendo revelar inclusive segredos para mais facilmente se tomarem fortalezas, dados que permitissem uma melhor adaptação a cenários de guerra ou saber qual a constituição naval das forças opostas<sup>4</sup>.

A espionagem é um tema que, pelo menos para Portugal ou tendo como

---

<sup>4</sup> Para o caso francês e espanhol entre os séculos XVI-XVIII, cf. CÁMARA MUÑOZ; REVUELTA POL (coord.) 2018.

alvo assuntos da história portuguesa dos séculos XV-XVII, excetuando quando se olham as relações com o Império Otomano, parece que não tem atraído muitos investigadores, sendo poucos os estudos específicos que se encontram disponíveis<sup>5</sup>. Todavia, é sabido que a necessidade da existência e proliferação de redes de espionagem foi acelerada pelas navegações ultramarinas, que desde cedo obrigaram a uma otimização dos circuitos de informação, dadas as enormes distâncias entre a Metrópole e as diversas possessões territoriais, visando obter dados para que se pudesse controlar do ponto de vista económico, político e militar as diferentes regiões (COUTO 2009: 221).

Foi durante o reinado de D. João II, monarca que ficou conhecido por ter “jntelligencias” (BARROS 1988, I: 90) em todas as partes do Levante, que Portugal começou a criar redes informativas distintas das de Veneza, o primeiro grande foco de difusão de notícias, de espionagem europeia e a quem pertenceu, no contexto medieval do velho continente, a precedência do uso da criptografia em documentos oficiais (CORTESÃO 1997: 34-35 e 38-39; COUTO 2009: 221). Estas atividades, no que respeita à astuta república do Adriático, também estavam muito ligadas à defesa do monopólio comercial com a Ásia e das vias marítimas, chegando a fazer com que se planeasse o assassinato de monarcas inimigos e se montassem redes de pérfidas intrigas com os estados concorrentes, como aconteceu com os portugueses (CORTESÃO 1997: 34-35 e 38-39).

Quanto ao contexto português, e olhando para o Mediterrâneo, com o decorrer das décadas os eixos de difusão da espionagem abarcaram pontos de apoio em cidades e comunas italianas (Veneza, Roma, Ferrara, Ancona, Pisa), algumas delas onde estavam fixos diplomatas portugueses, certas ilhas (Chipre, Creta, Corfu, Quios) e os vastos espaços do Império Otomano: Egito (Suez, Cairo e Alexandria), Síria-Palestina (Damasco, Alepo, Tripoli e Síria) e Turquia (Istambul e a Andrinopla) (COUTO 2009: 221; Id.: 2013: 234). No que diz respeito às regiões desérticas em torno do Mar Vermelho, de que uma parte estava sob influência otomana, se não foram alvo da atividade de redes estruturadas – o que ainda está por compreender – tiveram um papel pontual, sendo usadas por informadores autónomos. Por vezes, esses informadores funcionavam em parceria, estando ligados a comendatários da Coroa portuguesa: capitães de fortalezas ou de armadas, bem como governadores ou vice-reis (Id.: 2009: 221).

---

<sup>5</sup> Entre estudos específicos e dados dispersos, cf., e.g., MATOS 1952: 3-18 e *passim*; MOLLAT 1952: 220-221; CORTESÃO 1974: 41-51; COUTO 1991: 243-267; FERREIRA 1993: 789-790; REGO 1994: 29-44; FERREIRA 1995: 311-314 e *passim*; FERREIRA 2001: 3-16; OLIVEIRA 2003: 22, 130, 203-204, 236, 363, 373, 1153-1222 e *passim*; BEBIANO 2004: 140-142; COUTO 2007: 274-312; Id. 2008: 171-196; Id. 2009: 221-223; GÜRKAN 2012; COUTO 2013: 233-252; MARINHO 2019: 194-217.

Estas redes de informação, usando diversos “espias”, “enculcas” ou “inteligências”<sup>6</sup>, assentavam em hierarquias flexíveis, em que um agente permanente, instalado numa determinada cidade, funcionava como eixo central de um grupo. Aquele, por conseguinte, concentrava em torno de si as informações e remunerava os agentes itinerantes que circulavam entre os centros secundários, tal como os informadores ocasionais e oculares, escolhidos sobretudo entre a população autóctone (COUTO 2009: 221).

No entanto, do mesmo modo que os monarcas portugueses tinham os seus espões no estrangeiro, a Portugal acorriam agentes castelhanos, aragoneses, franceses, venezianos, ingleses, neerlandeses e outros<sup>7</sup>. Face ao progresso das navegações portuguesas ao longo da costa ocidental africana, mas sobretudo com a chegada de Vasco da Gama à Índia e a abertura da rota do Cabo ao comércio das especiarias, os olhos da Europa voltaram-se para Portugal, despertando-se o interesse entre os reinos e potências comerciais rivais. Mais do que nunca, as atenções centraram-se em Lisboa, cidade aonde afluíam emissários, agentes, espões, aventureiros ou simples curiosos, especialmente de Itália e de Castela, as partes mais interessadas (CORTESÃO 1974: 43).

Sendo os venezianos os principais afetados com a vinda de especiarias por esta nova rota, é natural que tenham operado estratégias para tentar inverter a situação, ao mesmo tempo que a afluência de espões da *Sereníssima* a Lisboa tornava-se inevitável, procurando recolher dados de como se processavam as ligações comerciais com a Índia (PERAGALLO 1892: 67-97; PRETO 2010: 199, 217-218, 382 e 471). É o caso de Leonardo de Chá Masser, designado em março de 1504 para rumar à capital portuguesa numa missão secreta, disfarçando-se de mercador com o objetivo de obter informações, algo que durou durante vinte e sete meses (PRETO 2010: 217-218, 382 e 471). Nesse lote podemos incluir igualmente os franceses, desde cedo interessados em recolher informações em Lisboa sobre os negócios dos portugueses e rumar à Ásia pela rota do Cabo (MANEUVRIER 2016: 103).

Além de informações sobre as especiarias, a recolha de dados cartográficos seria prioritária, sendo que, pelo menos desde meados do século XV, conhecimentos obtidos da cartografia portuguesa chegavam a Itália, como

---

<sup>6</sup> Sobre a utilização destes termos, cf. *Roteiro da primeira viagem [...] 2016: 78*; BARROS 1988, I: 90; *Arquivo dos Açores* 1880, II: 418; COUTO 1780, V, II: 96; SOARES 1953: 339; MONTEIRO 2003: 220-221.

<sup>7</sup> Em 1528, Lope Hurtado, embaixador castelhano em Portugal, operando com espões, chegou a referir que tinha uma “*éspya*” que acompanhava os movimentos de Honorato de Cais, embaixador francês (VIAUD 2001: 262). Por seu turno, Honorato de Cais, pelo menos entre 1523 e 1524, chegou a usar o porto de Cascais para fornecer informações aos corsários franceses para que atacassem navios portugueses carregados de especiarias. A ideia era que soubessem as datas de partida e de chegada, os carregamentos e o número de navios em trânsito para que melhor pudessem levar a cabo as suas investidas (BORGES 2020, I: 396-398).

se comprova pelo mapa de Andrea de Bianco. Esta era uma situação que se haveria de tornar monótona com o decorrer das décadas e a abranger outras áreas interessadas (FERREIRA 1995: 209-212). Neste sentido, é natural que Lisboa tenha funcionado, durante os séculos XVI e XVII, como centro de intercâmbio de conhecimentos cartográficos (DIAS, ALEGRIA 1994: 66-67). É muito provável que alguns dos espíões que atuavam naquela cidade, apoiados pelos diplomatas dos seus reinos, também tivessem como missão aliciar cartógrafos e pilotos portugueses, isto quando não eram os próprios portugueses a oferecer os seus préstimos no estrangeiro (FERREIRA 1995: 209-215).

Neste seguimento, as informações recolhidas em Lisboa ou por intermédio de portugueses, fossem cartográficas, dados escritos ou orais sobre as terras ultramarinas, foram sendo preciosas para que se pudessem preparar expedições pelos reinos rivais de Portugal. A título de exemplo, veja-se um caso que tem gerado polémica. Embora não se conheça de que forma foi obtida a informação primária que ajudou a elaborar os espécimes cartográficos que direta e indiretamente estão ligados à famosa escola cartográfica de Dieppe (1535-1587), que poderão representar parte daquilo que será a costa Norte da Austrália, decerto que esses exemplares resultaram do interesse francês em continuar as suas expedições pelo Índico, sob apoio e conhecimento náutico-cartográfico português, havendo, da parte de França, uma persistência em se tentar conseguir estabelecer um contacto duradouro com Samatra. Não se sabe de que forma essa informação cartográfica foi parar a mãos francesas, mas é de crer que algum (ou mais) exemplar português tenha sido apreendido num navio atacado ou, mais provavelmente, cartógrafos lusos tenham facilitado o seu acesso (BORGES 2020, I: 326-343).

## 2. Espíões portugueses em França

No caso do Norte da Europa, destaca-se a presença de espíões portugueses em França e Inglaterra. Para exemplificar a atividade em solo francês, ponto nevrálgico pelo menos desde a década de 1510<sup>8</sup>, refira-se que Portugal tinha espíões que se movimentavam em diferentes portos da Normandia, da

---

<sup>8</sup> Em inícios de Março de 1513, foi entregue a Diogo de Gouveia o ouro tomado a um navio português por franceses (cf. ANTI, CC, pt. I, mç. 12, n.º 82 e 84; pub. BRANDÃO 1944, I: 279-282; ALBUQUERQUE 1972, II: 1265-1267. Sobre o assunto, cf., igualmente, ALBUQUERQUE 1972, I: 523-524). Chegados a 1525, Diogo de Gouveia dizia que exercia aquela atividade há treze anos, pelo que estaria em França desde 1512 (ANTI, CC, pt. I, mç. 32, n.º 38; pub. BRANDÃO 1944, I: 285).

Bretanha e da Picardia, informando os embaixadores portugueses em França<sup>9</sup>, ou diretamente a Corte, sobre os navios que se preparavam nesses locais (FERREIRA 1995: 126 e 312)<sup>10</sup>. Nunca, como então, os portos dessas costas haviam sido tão visitados “por portugueses encapotados e temerosos” (Id.: 312). Obter informações e, através delas, poder rentabilizar o policiamento naval armado foi uma tarefa usada por Portugal para evitar variados perigos, tendo envolvido diversas pessoas (Id. 1993: 789; Id. 1995: 312). Fosse quanto à preparação de expedições corsárias e piráticas ou de viagens ultramarinas que visavam romper com o monopólio ibérico<sup>11</sup>, os agentes portugueses iam obtendo informações preciosas que faziam acionar os meios de resposta no Reino, se bem que, por vezes, também caíssem no engano da contrainformação.

São vários os espões que surgem na documentação a informar os embaixadores ou que são mencionados nas suas cartas. Entre os mais ativos, Ana Maria Pereira Ferreira identificou João Vaz, agente em constante vaivém pelos portos normandos e bretões. O próprio João Pereira Dantas, embaixador português em França desde 1557, chegou a exercer essa tarefa, ainda que esporadicamente (Id. 1989: 159; Id. 1995: 313, n. 153). No entanto, em outros casos não é possível identificar o nome dos agentes, uma vez que se encontram omissos, o que é perfeitamente compreensível dado o carácter sigiloso das suas atividades (MARINHO 2019: 196).

Numa outra perspetiva, o estudo da documentação vai mostrando homens até com duplo rosto, caso de Afonso de Sevilha. Amigo de Diogo de Gouveia, agente em França desde 1512, Afonso de Sevilha ia fornecendo informações a partir de Rouen, ao mesmo tempo que estava implicado em negócios menos claros (Id. 1993: 789; Id. 1995: 312). Na mesma cidade, mas de forma mais luminosa, surgem outros colaboradores, caso de Francisco Torres. Refira-se, ainda, um inglês que, em 1531, na cidade de Rouen, forneceu indicações a Diogo de Gouveia sobre as atividades francesas, inclusive relativas à tomada de um navio português que vinha da Flandres, se bem que não se saiba se foi apenas um informador de ocasião ou com ligações mais profundas (*Colecção de São Lourenço* 1973, I: 223-224; FERREIRA 1995: 312).

Seja como for, estes informadores ou espões tinham como objetivo recolher

---

<sup>9</sup> Para um curto apanhado dos embaixadores portugueses em França entre 1522 e 1558, cf. SERRÃO 1969: 15-16.

<sup>10</sup> Cf., igualmente, as fontes indicadas por ALBUQUERQUE 1972, I: 569, n. 1.

<sup>11</sup> Castela também tinha os seus espões em França. Em 1541, aquando da preparação de uma expedição francesa ao Canadá, alude-se a isso mesmo (GUERREIRO 1989: 254-255). Poucos anos depois, o príncipe de Castela escreveu ao provedor das armadas dos Açores pedindo que as naus que viessem das Índias Ocidentais pusessem o ouro em terra. O motivo devia-se a informações que tinham chegado sobre certas naus de Dieppe que estavam a ser aprestadas para irem ao encontro das naus castelhanas aos Açores (ANTI, CC, pt. I, mç. 92, n.º 120; pub. *Archivo dos Açores* 1878, I: 131).



informações sobre a entrada e saída de navios suspeitos, estar atentos à possível chegada de embarcações roubadas a portugueses ou que traziam mercadorias e artilharia pertencente ao rei português e a seus vassalos. Em todo o caso, era difícil identificar quais os navios portugueses que davam entrada nos portos de França. A 19 de março de 1513, Diogo de Gouveia escreveu a D. Manuel I dando conta precisamente dessa situação, visto que os ladrões pintavam os navios roubados e mudavam-lhes a aparência. Neste sentido, pedia-se que os mestres dos navios lesados viessem a França para tentar identificá-los e assim se pudesse decretar o embargo perante as autoridades francesas (ANTI, CC, pt. I, mç. 12, n.º 90; pub. BRANDÃO 1944, I: 284). Chegados a 1538, Fernando Rodrigues Pereira escrevia de La Rochelle para Portugal dizendo que vários navios e caravelas tinham chegado ali vazios, porque os franceses haviam atirado as tripulações ao mar (FERREIRA 2001: 15).

Quanto mais rápida fosse a circulação de informação e os agentes portugueses se movimentassem perante as autoridades, maior era a possibilidade de se obterem bons resultados. Atentemos num caso ocorrido em 1554. Em setembro desse ano, estando-se perante a suspeita de um novo ataque francês e apresamento de um navio da carreira da Índia no Atlântico, D. João III escreveu a Brás de Alvide indicando que uma nau vinda da Índia, já perto de Lisboa, foi levada por um temporal para Sul, não havendo notícia desde então. Pairando o receio de que tivesse ido parar à Madeira ou sido tomada por corsários franceses, o monarca pretendia que o embaixador enviasse alguém para correr os portos de França e ver se ali havia chegado a dita nau. Brás de Alvide tinha ordens para que, caso esse navio ou algumas mercadorias asiáticas fossem detetadas, tomasse logo providências diante do rei francês para que as mercadorias e a nau fossem entregues (ANTI, *Colecção S. Vicente*, liv. 1, fól. 381; pub. Serrão 1969: 108-109).

A carta do monarca chegou a Fretemilhon a 3 de outubro, sendo que Brás de Alvide seguiu logo para Paris, vindo, já no dia 5, a dar ordem a Salvador Machado para correr os portos da Normandia. Ao mesmo tempo, um criado do diplomata seguiu para Nantes com uma carta para Fernão Rodrigues Pereira, o qual estava destacado nos portos da Bretanha. A 21 de outubro de 1554, data em que Brás de Alvide escreveu a D. João III dando conta das diligências acima referidas – embora por essa altura ainda não tivesse recebido qualquer notícia dos espíões portugueses –, não se sabia se a nau vinda da Índia havia sido eventualmente tomada por corsários franceses e levada para França. O diplomata duvidava mesmo que isso tivesse ocorrido, caso contrário, e face à importância do navio em questão, as notícias teriam corrido, acrescentando que ao momento da redação da sua carta talvez a nau já estivesse segura no



porto de Lisboa (ANTT, CC, pt. I, mç. 93, n.º 149).

Quanto às mercadorias portuguesas ou ultramarinas que davam entrada nos portos franceses, essas eram mais fáceis de identificar, podendo levar a que os agentes portugueses em França ordenassem às autoridades que decretassem o seu embargo (ANTT, CC, pt. I, mç. 47, n.º 84; pub. ALBUQUERQUE 1972, II: 1292-1293, n.º 37). Mas para além das tarefas já referidas, destaca-se o facto de os agentes terem que estar vigilantes quanto à formação de armadas que acabavam por ter como destino a costa portuguesa, as ilhas atlânticas, a Mina, o Brasil, a Índia e outros locais, fosse em ações depredatórias ou com intenções de ocupação territorial. Importava enviar para Portugal indicações quanto à tripulação dos navios, à sua tonelagem, de que porto iriam sair, qual a rota que seria seguida, a carga que transportavam e o objetivo da viagem.

Em agosto de 1531, D. António de Ataíde, embaixador em França, escreveu de “Frorym” a dar conta de que Jean Ango, mesmo após o almirante de França ter dado ordens para não se rumar a qualquer parte sob domínio português, preparava 4 naus para irem “a costa de guyne e vyr pola malageta”, se bem que houvesse o receio de que o destino final fosse o Brasil (ANTT, CC, pt. I, mç. 47, n.º 37). As informações tinham chegado por intermédio de João Vaz, irmão de Gaspar Vaz, que havia andado pelos portos franceses e reunira igualmente dados sobre a preparação de 25 ou 30 naus na Normandia, para servirem Jean Ango, além das próprias embarcações deste armador e das que se armavam na Bretanha.

Quanto a Inglaterra, e por intermédio da informação vinda por um correio do imperador Carlos V, D. António de Ataíde referia que estava em preparação uma armada. As notícias não eram muito precisas, mas D. António indicava que os ingleses eram tão cobiçosos relativamente a Portugal, pelo que iria tentar aprofundar conhecimento sobre o assunto (ANTT, CC, pt. I, mç. 47, n.º 37). Este caso mostra que havia uma colaboração entre os serviços de espionagem portuguesa e os de Carlos V, que também tinha homens destacados em França. Por outro lado, dá a entender que, por esta altura, Portugal contava com espões em Inglaterra, se bem que até esse momento D. António de Ataíde não tivesse recebido qualquer notícia.

De uma forma geral, era difícil ter a certeza de qual seria o real destino ultramarino dos navios inimigos, sendo de crer que, em diversas ocasiões, as intenções terão passado mais por ataques navais no Atlântico, nomeadamente a naus vindas da Índia, da Mina e das Índias Ocidentais. A 5 de março de 1513, por exemplo, André da Silveira comunicava para Portugal que o escocês João Bretão, munido de uma carta de marca, armava no porto francês de Harfleur uma nau de 250 tonéis para ir esperar as naus da Índia e caravelas da Mina

(ANTT, CC, pt. I, mç. 12, n.º 82; pub. Brandão 1944, I: 280; ALBUQUERQUE 1972, I: 523-524). Desde logo, os agentes portugueses moveram-se perante as autoridades francesas para tentar abortar ou minimizar as ações deste corsário. Além disso, André da Silveira referia que estava em preparação uma grande armada em França, tal como em Inglaterra, se bem que não fossem referidos quais os possíveis destinos que teriam (ANTT, CC, pt. I, mç. 12, n.º 82; pub. Brandão 1944, I: 281).

Entre informadores ocasionais e aqueles que estavam destacados para trabalhar a médio e a longo prazo, as tarefas de quem percorria a costa francesa não foram fáceis nem isentas de riscos. Havendo agentes portugueses que se movimentavam nos portos do Norte de França a fim de tentar recuperar mercadorias e navios, sendo que as suas diligências acabavam por dar azo a embargos, processos judiciais, a multas e a penas afitivas para os agressores, as povoações locais, os corsários e os piratas chegavam a atacar e a matar<sup>12</sup> quem se intrometesse, tentando evitar que fossem recolhidas provas incriminatórias (MOLLAT 1952: 221; ALBUQUERQUE 1972, I: 569-572).

Na tal carta de 19 de março de 1513, Diogo de Gouveia referiu que estava a tomar sérias precauções a fim de evitar que fosse morto, pedindo que, caso o rei quisesse que o agente continuasse o seu trabalho de reclamar as presas e outras coisas de naturais portugueses, fosse disponibilizada “outra guarda”<sup>13</sup>. Chegados a maio de 1525, o agente era claro quanto aos elevados gastos que as atividades em França exigiam<sup>14</sup>, queixando-se das próprias despesas que estava a suportar, pelo que, de Lyon, pedia ao rei que lhe fosse pago o que era devido<sup>15</sup>.

Num outro caso, em 1531, Belchior Raposo, agente destacado nos portos

---

<sup>12</sup> Por carta de 11 de novembro de 1551, é referido que um criado (português?) de Brás de Alvide havia sido morto em Harfleur, depois de ter tentado evitar que se vendessem as mercadorias de açúcar que haviam sido tomadas a uma nau portuguesa vinda de São Tomé. Nesta carta, é indicado igualmente que Francisco Duarte, mercador português estante em La Rochelle, viu apresado o seu navio que ia carregado de especiarias (ANTT, *Colecção S. Vicente*, liv. 1, fól. 370; pub. SERRÃO 1969: 88-90; ALBUQUERQUE 1972, II: 1331-1332, doc. 55).

<sup>13</sup> “[...] a terra esta de sorte que se muito bem me nom guardar parece-me que não scaparej de deixar a vida [...]” (ANTT, CC, pt. I, mç. 12, n.º 90; pub. BRANDÃO 1944, I: 283).

<sup>14</sup> Olhando o lado francês, um conselheiro régio tardo-medieval de França recomendava que um terço do orçamento militar do Reino fosse gasto em atividades de espionagem (MONTEIRO 2003: 220).

<sup>15</sup> “Eu grande merce Receberei se Senhor mo fizesse qua despachar por que seria dar me a vida & tirar me do fundo dagoa onde Jaço [...]” (ANTT, CC, pt. I, mç. 32, n.º 38; pub. BRANDÃO 1944, I: 284-287). São constantes as queixas sobre os elevados gastos feitos por portugueses destacados em França, chegando a endividar-se e a passar carestia, sendo que as informações nem sempre eram transmitidas ao rei, tal como era referido em 1539 (ANTT, CC, pt. I, mç. 64, n.º 180; pub. ALBUQUERQUE 1972, II: 1292-1293, doc. 37). Em 1541, o doutor Jorge Nunes queixava-se novamente e pedia ao rei que tivesse em conta o aumento do seu ordenado (ANTT, CC, pt. I, mç. 66, n.º 101; pub. ALBUQUERQUE 1972, II: 1327, doc. 50).

da Normandia para vigiar as partidas e chegadas das armadas francesas, foi mesmo aconselhado a fugir por Afonso de Sevilha e Diogo de Gouveia, pois estaria em perigo de morte: “Eu ando qua beem atemorizado desta gente [...] se soubessem que aqui andava e que era portuguez me mataryão [...]” (FERREIRA 1993: 790; Id. 1995: 234 e 313)<sup>16</sup>.

Cinco anos mais tarde, pelo Tratado de Lyon, ficou firmado com a França que Portugal poderia ter pessoas nos portos franceses para neles procederem à recuperação dos navios e das mercadorias roubadas a portugueses, “tudo por autoridade de justiça” (SANTARÉM 1843, III: 255).

Por volta de 1540, D. João III foi informado pelo piloto, cartógrafo e espião português João Fernandes Pacheco, conhecido por Lagarto, de que o vice-almirante francês, Jean Anjo e outros investidores particulares, faziam pressão perante Francisco I para se construir um castelo na ilha de São Lourenço (VICENTE 2014: 168-169, 176-178 e 244-245). Remetendo as informações enquanto estava em Sevilha, Pacheco refere que essa fortificação, aos olhos dos franceses e podendo concentrar muita gente naquela área, seria fundamental como base de apoio aos seus navios, de onde se poderia vir a partir para comerciar com várias partes do Índico e chegar à ilha de Taprobana, naquilo que seria uma alusão errada a Samatra. Neste sentido, Rui Fernandes de Almada, a 27 de novembro desse ano, tendo informação de que algumas das naus que se armavam em França teriam como destino a ilha de São Lourenço e que os franceses queriam tomar terras e fortificá-las, aconselhava que D. João III mandasse construir uma fortaleza nesse local. Com essa edificação, refere o diplomata, o monarca já poderia alegar que a ilha não estava desabitada e que os portugueses se haviam instalado ali antes dos franceses. Saliente-se que, por esta altura, valia a premissa de que muitas terras descobertas pelos portugueses não eram habitadas e não tinham qualquer utilidade prática para Portugal, pelo que França poderia servir-se delas (ANTI, CC, pt. I, mç. 68, n.º 90; pub. BARATA 1971: 327).

No referido caso de João Fernandes Pacheco, espião na corte francesa mas com intenções duvidosas, foi indicado que os franceses, tendo chegado a ser confrontados com perguntas sobre uma armada que preparavam, revelaram que a viagem teria lugar a Inglaterra (ANTI, CC, pt. III, mç. 14, n.º 37; pub. VICENTE 2014: 250-251). No entanto, o espião temia que dali os navios largassem dissimuladamente para terras sob domínio português e até mesmo com uma possível colaboração inglesa. Foi neste sentido que decidiu ir pessoalmente a Inglaterra para averiguar o assunto, tendo chegado ao porto de Aria a 15 de

---

<sup>16</sup> A autora referiu que tinha em preparação uma monografia sobre Belchior Raposo, algo que não se concretizou.

maio, local onde encontrou duas naus de Dieppe que se preparavam para ir ao Brasil. A um inglês havia sido prometido que seria dada “parte” para dissimular o caso, sendo que, ao chegar a Londres, João Fernandes Pacheco ainda recebeu a indicação de que uma nau que teria como destino o Brasil havia afundado, se bem que não tenha referido se era francesa ou inglesa (ANTT, CC, pt. III, mç. 14, n.º 37; pub. VICENTE 2014: 251).

Este caso mostra bem como existiam estratégias para tentar iludir os espíões portugueses ou outros informadores complementares que corriam os portos de França em busca de informações que dessem conta de armadas que se preparavam para atacar navios ou ir a terras ultramarinas. E neste particular não se pode esquecer igualmente a Escócia – muito ligada a França – como possível local de partida de navios franceses, sendo um local que chegou igualmente a ser referido como tendo acolhido navios tomados a súbditos de Portugal, algo que também foi indicado relativamente à Dinamarca. Acresce que corsários escoceses, ou com ligações à Escócia, chegaram a ter intenções de tomar naus vindas da Índia e de outras partes ultramarinas, inclusive com cartas de marca (BORGES 2020, I: 358, 388-391 e 415).

Um dos espíões que, anos mais tarde, veio a exercer atividade nos portos do Norte de França foi Manuel de Araújo. A 8 de maio de 1548, numa carta dirigida a Pero de Alcáçova Carneiro, dava conta das diligências que havia levado a cabo recentemente:

Despois de meu negoceo feito na Rochela, tornei por Bertanha pera saber novas e fui-me dereito ao Crevique que é um porto de ladrons assás povoado, no qual achei novas que podia haver dous meses que um chamado Carahes roubara um navio portugues, ao qual alem da mercadaria tomou muita artelharia de cobre, a qual eu não pude ver por estar fechada em uma casa; todavia dixeram-me que tinha as armas de Portugal (ANTT, CC, pt. I, mç. 80, n.º 107; pub. MATOS 1952: 185; ALBUQUERQUE 1972, II: 1329, doc. 53).

Sendo a espionagem uma atividade de grande risco, o receio de serem apanhados e de que fossem exercidas represálias podia fazer com que os espíões e outros agentes portugueses não exercessem as funções para as quais tinham sido mobilizados, limitando-se a diligências dissimuladas. A 1 de maio de 1563, João Pereira Dantas, que coordenava um sistema informativo que também abrangia Inglaterra (FERREIRA 1989: 164), enviou uma carta para Portugal referindo que Manuel de Araújo não queria fazer o seu habitual trabalho de correr os portos franceses em busca de informações e de tentar confirmar a possível chegada de navios portugueses, alegando o “perigo que nisso

póde auer” (ANTT, CC, pt. I, mç. 106, n.º 70). O espião não havia cumprido igualmente outros pedidos de João Pereira Dantas. Neste sentido, e para não se perder a vigilância dos portos franceses, o embaixador aconselhava que o ordenado que Manuel de Araújo recebia (100.000 reais) fosse distribuído por outras pessoas – escolhidas pelo próprio João Pereira Dantas – que pudessem fazer o respetivo trabalho de vigilância e de envio de informações (ANTT, CC, pt. I, mç. 106, n.º 70).

Três anos volvidos, o mesmo Manuel de Araújo aconselhou o cardeal D. Henrique a ter cautela em relação aos Açores, pois tinha informação de que os franceses queriam deslocar-se a um local onde pudessem esperar pelas armadas que vinham da Nova Espanha e da Índia. Assim, e até prevendo um possível ataque semelhante ao que Montluc realizou à Madeira pouco tempo antes, Manuel de Araújo refere que deveria ser enviada uma frota com mais de 50 navios (ANTT, CC, pt. I, mç. 108, n.º 8; pub. MATOS 1952: 198; ALBUQUERQUE 1972, II: 1340, doc. 57). Poucos dias depois, o espião indicava serem certos cristãos novos que faziam com que os franceses fossem à Mina, daí que aconselhasse o seu enforcamento, tal como a um piloto português que havia levado Montluc à ilha da Madeira:

Entre todos encomendo a Vossa Alteza certos cristãos novos, que eles são os que fazem ir estes à Mina e tratam em Portugal e estão-se cá rindo, dizendo que não temem já a Santa Inquisição. Sobre todos seja também enforcado o piloto torto portugues, que vive no Abra de Graça, porque ele foi o que levou Montluc à Ilha da Madeira, porque sua vontade não era senão em ir ao Benim; e se o diabo o cá torna a trazer, eu espero em Deus de o fazer enforcar<sup>17</sup>.

Por este tipo de situações, vê-se bem a importância das informações vindas do estrangeiro para a mobilização das armadas de defesa e de escolta, bem como para prevenir os portos e os comerciantes. Em todo o caso, era impossível ter um espião em cada recanto da faixa atlântica entre o Mar do Norte e as costas ibéricas, pelo que os mareantes reinóis e outros delatores de ocasião ajudavam a construir a teia de informação e comunicação (FERREIRA 1993: 790; Id. 1995: 313). Se muitas das vezes as informações eram transmitidas em cifra, por agentes atentos ao movimento nos portos estrangeiros, veiculando-se informação por correio marítimo ou terrestre até Lisboa, o contributo de navios comerciais – nacionais e estrangeiros – também constituía uma fonte preciosa de conhecimento (SOARES 1953: 338-339; GUERREIRO 1994:

---

<sup>17</sup> ANTT, CC, pt. I, mç. 108, n.º 10; pub. MATOS 1952: 201; ALBUQUERQUE 1972, II: 1341, doc. 58.

299; Id. 1996: 73).

De facto, em inúmeros casos eram os navios comerciais a trazerem informações em primeira-mão. Em 1532, por exemplo, Aires da Cunha, enquanto capitão-mor da armada das ilhas, escreveu uma carta a D. António de Ataíde, por essa altura já de volta a Portugal, informando que um navio fugido de “Calez” havia chegado a Cascais e indicado que três naus grossas de Marselha se deslocavam para Poente com más intenções. Estavam sem nenhuma carga a bordo, mas bem artilhadas e providas de gente, mostrando intenções de “omde acharem portugueses hos am todos de emforquar e fazer todo ho mal que puderem” (*Colecção de São Lourenço* 1973, I: 257-258; *Chartularium Universitatis Portugalensis* 2001, XIV: 357). Aires da Cunha referiu ainda que, caso fosse necessário, aguardaria ordens do conde da Castanheira para saber o que fazer se encontrasse as tais naus.

De qualquer modo, seria o correio expedido diretamente para Portugal que teria maior importância. Mas quanto tempo demoravam as informações escritas a circular entre França e o Reino? Para garantir a rapidez na transmissão de notícias, a contratação de caminheiros e de correios especiais tornava-se fundamental (SILVA 1985: 328). Contudo, sabendo que essa rápida circulação de informação era essencial para a preparação e saída das armadas de defesa costeira e de proteção, ou até mesmo para que certas partes costeiras vulneráveis fossem postas em alerta e guarnecidas, o correio marítimo deveria ser o mais usado. Se o correio terrestre entre Portugal e França demoraria entre três a quatro semanas a chegar ao seu destino, as cartas enviadas por mar poderiam chegar em oito ou dez dias a Nantes ou a Rouen, com mais dois dias de viagem para o emissário chegar até Paris (SERRÃO 1969: 39).

## Conclusão

Fundamental para acionar a defesa do Reino, das ilhas, das partes ultramarinas e dos navios comerciais face às investidas francesas, esteve em funcionamento uma complexa rede de espionagem que visava a recolha de dados nos portos do Norte de França. Essa atividade era uma realidade na década de 1510, mas muito provavelmente já tinha lugar antes disso, sendo obrigação dos espíões portugueses recolher informações sobre a possível realização de expedições ultramarinas, sobre a entrada e saída de navios suspeitos, assim como deveriam estar atentos à possível chegada de embarcações roubadas a portugueses ou que traziam mercadorias e artilharia lusa. Todavia, era difícil identificar quais os navios portugueses que davam entrada nos portos de França, até porque os

ladrões gauleses pintavam os navios roubados e mudavam-lhes a aparência, não esquecendo que os navios tomados de assalto poderiam ser levados, não para portos franceses, mas sim para outras partes, caso da Escócia e da Dinamarca.

Muito embora o trabalho dos espões fosse fundamental no contexto de todos os aspetos acima referidos, vimos que era bastante perigoso e que poderia acabar em morte ou fazer com que o medo imperasse e os agentes, com receio de represálias, não realizassem as tarefas para as quais tinham sido destacados. Por outro lado, as informações reunidas nem sempre tinham grande fundamento. Acresce que alguns homens acabavam por fazer jogo duplo, pelo que podiam transmitir informações falsas para o Reino e afetar a defesa dos interesses portugueses. Era este o perigo da contrainformação, que podia levar Portugal a destacar armadas para um determinado sítio quando o alvo inimigo era outro, ou que podia acarretar grandes esforços para se fortificar sítios, reunir homens e armamento para a defesa da costa e de Lisboa, levando a receios, tensões, esforços e a gastos desnecessários.

Fosse como fosse, depois da chegada de informações ao Reino havia que expedir indicações para os locais estratégicos e mais expostos à ação inimiga: as áreas portuárias mais sensíveis e o arquipélago dos Açores. Neste seguimento, diversos navios de aviso, sobretudo caravelas e caravelões, circulavam junto à costa, mas também entre Lisboa e as ilhas, tendo um papel fulcral no transporte e transmissão de informação, visando que as diferentes partes se preparassem para o perigo (BORGES 2020, II: 745-767).

Por fim, refira-se apenas que a espionagem é um tema bastante complexo, por vezes sendo muito complicado ligar informações dispersas, compreender em profundidade o que está a ser indicado e quem são certos intervenientes, não esquecendo que alguma comunicação até se encontra cifrada. Seja como for, este tema deveria ser mais estudado, até porque, face à documentação disponível para o século XVI, apresenta ainda um grande potencial para se avançar no conhecimento.

### **Fontes manuscritas**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, pt. I, mç. 47, n.º 37; mç. 93, n.º 149; mç. 106, n.º 70.

### **Fontes impressas**

*Archivo dos Açores* (1878-1880). Vols. I e II. Ponta Delgada: Typographia do



Arquivo dos Açores.

- BARROS, João de (1988). *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, déc. I. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)* (2001). Vol. XIV (1530-1532). Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Colecção de São Lourenço* (1973). Pref. e notas de Elaine Sanceau, t. I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- COUTO, Diogo de (1780). *Da Ásia de Diogo de Couto*, déc. IV-XII. Lisboa: Na Officina Typografica.
- PERAGALLO, Prospero (1892). *Carta de el-rei D. Manuel ao rei catholico narrando-lhe as viagens portuguezas à India desde 1500 até 1505*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Relation authentique du voyage du capitaine Gonneville ès nouvelles terres des Indes. Campagne du navire l'Espoir de Honfleur, 1503-1505* (1869). Paris: Challamel Aïne, Libraire-Éditeur.
- Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, 1497-1499* (2016). Ed., estudo introd., índ. e glossário por Luís Fernando de Sá Fardilha e Maria de Lurdes Correia Fernandes. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- SOARES, Pero Roiz (1953). *Memorial de Pero Roiz Soares*. Leit. e revisão de M. Lopes de Almeida. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- VIAUD, Aude (2001). *Correspondance d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530. Lope Hurtado de Mendoza*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

## Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Ruy de (1972). *As represálias. Estudo de história do Direito português (sécs. XV e XVI)*. 2 vols. Lisboa: [s.n.].
- BARATA, Maria do Rosário de Sampaio Themudo (1971). *Rui Fernandes de Almada. Diplomata português do século XVI*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- BEBIANO, Rui (2004). “A arte da guerra. Estratégia e táctica”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 112-195.
- BORGES, Marco Oliveira (2020). *O trajecto final da Carreira da Índia na torna-viagem (1500-1640). Problemas da navegação entre os Açores e Lisboa: acções e reacções*, 2 vols. Tese de Doutoramento em História. Faculdade de Letras: Universidade de Lisboa.

- BRANDÃO, Mário (1944). *O processo na Inquisição do Mestre João da Costa*, vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CÁMARA MUÑOZ, Alicia; REVUELTA POL, Bernardo (coords.) (2018), *El ingeniero espía*. Segóvia: Fundación Juanelo Turriano.
- CORTESÃO, Armando (1974). “Espionagem dos Descobrimentos”, in *Esparsos*, vol. I. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 41-51.
- CORTESÃO, Jaime (1997). *Os Descobrimentos pré-colombinos dos portugueses*. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COUTO, Dejanirah (1991). “L’espionnage portugais dans l’Empire Ottoman au XVI<sup>e</sup> siècle”, in J. Aubin (ed.), *Le Portugal, la découverte et l’Europe*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 243-267.
- COUTO, Dejanirah (2000). “L’itinéraire d’un marginal: la deuxième vie de Diogo de Mesquita”. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXIX. Lisboa - Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 12-35.
- COUTO, Dejanirah (2007). “Spying in the Ottoman Empire: sixteenth-century encrypted correspondence”, in Francisco Bethencourt and Florike Egmond (eds.), *Cultural exchange in Early Modern Europe*, vol. III – *Correspondence and cultural Exchange in Europe, 1400-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 274-312.
- COUTO, Dejanirah (2008). “Arméniens et portugais dans les réseaux d’information de l’océan Indien”, in S. Chaudhury et K. Kévonian (eds.), *Les arméniens dans le commerce asiatique au début de l’ère moderne*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 171-196.
- COUTO, Dejanirah (2009). “Redes de espionagem”, in Lúcia Liba Mucznik et al. (coords.), *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença, 221.
- COUTO, Dejanirah (2013). “Au-delà des frontières: réseaux d’espionnage portugais dans le Levant méditerranéen et dans l’océan Indien au XVI<sup>e</sup> siècle”, in Albrecht Fuess et Bernard Heyberger (eds.), *La frontière méditerranéenne du XV<sup>e</sup> au XVII<sup>e</sup> siècle. Échanges, circulations et affrontements*. Turnhout: Brepols, 233-252.
- DIAS, Maria Helena; ALEGRIA, Maria Fernanda (1994). “Lisboa na produção cartográfica portuguesa e holandesa dos séculos XVI e XVII: o espaço e o intercâmbio”. *Penélope. Fazer e desfazer História*, n.º 13. Lisboa, 55-70.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1989). “Da defesa do monopólio do “mare clausum”: alguns apontamentos na correspondência de João Pereira Dantas (1562-1565)”, in *A viagem de Bartolomeu Dias e a problemática dos Descobrimentos. Actas do Seminário realizado em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta de 2 a 7 de Maio de 1988*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores – Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 159-166.

- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1993). “Defesa do Atlântico: algumas medidas de Portugal contra a França na 1ª metade de Quinhentos”, in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, 787-790.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1995). *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Cascais: Patrimonia.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (2001). “Subornos, espiões e espionagem na defesa do “mare clausum”: alguns episódios no reinado de D. João III”, in *Memórias*, vol. XXXI. Lisboa: Academia de Marinha, 3-16.
- GUERREIRO, Luís Ramalhosa (1989). “As tentativas de intromissão da França (1503-1560)”, in Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, vol. III. Lisboa: Publicações Alfa, 248-261.
- GUERREIRO, Luís Ramalhosa (1994). “Curso e pirataria nos descobrimentos”, in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, vol. I. [Lisboa]: Caminho, 296-301.
- GUERREIRO, Luís Ramalhosa (1996). *O grande livro da pirataria e do curso*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- GÜRKAN, Emrah Safa (2012). *Espionage in the 16th century mediterranean: secret diplomacy, mediterranean go-betweens and the ottoman habsburg rivalry*. Dissertation for the degree of Doctor of Philosophy in History. Georgetown University: Washington, DC.
- MANEUVRIER, Christophe (2016). “Paulmier de Gonneville et le Portugal: un navigateur normand dans la première mondialisation”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 16. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 95-109.
- MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo (2019). “Diplomacia e espionagem na baixa Idade Média portuguesa”, in Néstor Vigil Montes (dir.), *Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad Media*. Évora: Publicações do CIDEHUS.
- MATOS, Luís de (1952). *Les Portugais en France au XVIe Siècle. Études et Documents*. Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- MOLLAT, Michel (1952). *Le commerce maritime normand a la fin du Moyen Age*. Paris: Librairie Plon.
- MONTEIRO, João Gouveia (2003). “Estratégia e tática militares”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 216-244.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de (2003). *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500 – c. 1630. Impressos e manuscritos que revelaram o*

- mundo chinês à Europa culta*. Tese em Geografia Humana. Universitat Autònoma de Barcelona.
- PEDROSA, Fernando Gomes (2000). *Os homens dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Pescadores, marinheiros e corsários*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- PELÚCIA, Alexandra (2010). *Corsários e piratas portugueses. Aventureiros nos mares da Ásia*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- PRETO, Paolo (2010). *I servizi segreti di Venezia. Spionaggio e controspionaggio ai tempi della Serenissima*. Milano: Il Saggiatore.
- REGO, António da Silva (1994). “Duarte Catanho, espião e embaixador (1538-1542)”, in *Estudos de História Luso-Africana e Oriental (séculos XVI-XIX)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 29-44.
- SANTARÉM, Visconde de (1843). *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal, com as diversas potências do mundo, desde o princípio da morchia portugueza até aos nossos dias*, tomo III. Paris: Em Casa de J.P. Aillaud.
- SILVA, F. Ribeiro da (1985). “O curso inglês e as populações do litoral lusitano (1580-1640)”. Sep das *Actas do Colóquio “Santos Graça” de Etnografia Marítima*, vol. III. Póvoa de Varzim: 311-339.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1969). *A embaixada em França de Brás de Alvide, (1548-1554)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VICENTE, Manuel Alberto Carvalho (2014). *Le Madagascar et le Portugal (1521-1557)*. Lisboa: CLEPUL.

